

SESSÕES DO PLENÁRIO

2ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 05 de fevereiro de 2014.

PRESIDENTE: DEP. ROSEMBERG PINTO *AD HOC*

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, João Carlos Bacelar, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Temóteo Brito, Tom Araújo, Vando, Yulo Oiticica e Zé Neto. (56)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão do dia 05 de fevereiro de 2014.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do Deputado Delegado Deraldo, comunicando sua ausência da sessão no dia 27/01/2014, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- O Sr. Presidente submete ao Plenário as atas das seguintes sessões ordinárias: 117ª, 119ª, 121ª, 122ª, 123ª, 124ª, 127ª, 128ª, 129ª, 130ª, 131ª, 132ª, 133ª, 134ª, 135ª, 136ª, 137ª, 141ª dos dias 18,

21,26,27 de novembro de 2013, 02, 03, 10, 11, 16, 17, 18 e 26 de dezembro de 2013 e 02, 07, 08, 13, 14 e 22 de janeiro de 2014 respectivamente; das sessões extraordinárias 20^a, 30^a, 31^a, 32^a, 34^a, 35^a, 36^a, 37^a, 38^a, 41^a e 42^a dos dias 08 de outubro, 03, 03, 10, 26 de dezembro de 2013 e 02 07, 08, 14 e 22 de janeiro de 2014 respectivamente; Termo de abertura do dia 06 de janeiro de 2014; e das sessões especiais 60^a, 61^a, 63^a, 65^a, 76^a, 67^a, 68^a, 71^a, 72^a, 74^a, 75^a e 77^a realizadas nos dias 20, 26, 28 de novembro, 05, 09, 10, 12, 13 e 19 do mês de dezembro de 2013 respectivamente.

Em relação a todas as atas que foram apresentadas aqui, submeto-as à apreciação do Plenário. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o nobre deputado Gaban pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, não poderia deixar de contestar mais um pronunciamento infeliz do Líder do governo, deputado Zé Neto. Nos jornais de maior circulação, ele dá uma declaração de que eu propus a PEC e agora estou voltando atrás. Quem está voltando atrás é o governo. Estou preocupado é com o Fundo de Previdência. O governo, inclusive, deu uma declaração no *Bahia Notícias*, às 18h04min, - salvei isso aí - porque quando entrar com a Adin no Tribunal de Justiça vou usar essa declaração do governador. Já pedi o áudio. Porque lá ele diz, defendendo a PEC, que é uma espécie de empréstimo que vão fazer. É o que temos denunciado, o governo está querendo utilizar a PEC para resolver o problema das suas finanças.

Não foi à toa que ele veio aqui, meu caro deputado Rosemberg, assustar a todos e acredito que mais ainda à Bancada do governo. Pela primeira vez na Bahia, faltando 11 meses para terminar sua administração, o governador fez uma melancólica despedida. Triste, abatido, não apresentou absolutamente nada do que vai fazer nesses últimos 11 meses. Apenas a expectativa de que as finanças estejam melhores do que no ano passado. E sabe qual é a expectativa de estarem melhores, deputados João Carlos Bacelar e Carlos Geilson? É pegar o dinheiro dos *royalties* para arrumar suas contas.

E isso fica comprovado na irregularidade do relatório do primeiro quadrimestre e na irregularidade do segundo quadrimestre. Temos áudio e vídeo dos próprios secretários da Fazenda dizendo que estavam irregulares, os números estavam inconsistentes. E, pior, descumprindo o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, o secretário publica no *Diário Oficial* do Estado o balanço do terceiro quadrimestre do ano passado. Dizendo que os números não têm consistência, que o relatório detalhado, como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, será apresentado em 10 dias. Descumpriu o prazo da Lei de Responsabilidade Fiscal, além de mostrar que o relatório do segundo quadrimestre está errado.

Quer dizer, é uma casa de doido. Isso está gravado. Quando o secretário Manoel Vitório veio apresentar o relatório do segundo quadrimestre do ano passado, apresentava nesse relatório um saldo em caixa de R\$7 bilhões. E os empresários todos fazendo fila há mais de um ano para receber dinheiro e não recebiam. Quando pressionamos o secretário Manoel Vitório, ele disse o óbvio: “Não, estamos corrigindo esses números que estão aí, porque o Fiplan não está funcionando.”

Nesse sentido, estivemos hoje no Tribunal de Contas entrando com uma representação. O atual presidente do Tribunal de Contas é um técnico, tem as suas responsabilidades, e não pode se furtar de cumprir o que determina as leis em vigor neste Estado. Tivemos uma conversa extremamente franca. Confio no presidente do Tribunal de Contas do Estado e espero que o Tribunal pare de ser carinhoso com o Estado e cumpra o que determina a lei. Meu caro deputado Rosemberg, o conselheiro indicado para relatar as contas do governo e todas as irregularidades cometidas no ano de 2013 é um deputado. Se for confirmado, é certo que ele não declinou ainda, o Regimento Interno do Tribunal prevê um certo trâmite e é escolha do conselheiro, mas se esse conselheiro, que tiver aprovado lá, se ele não declinar de analisar as contas do governador, vamos entrar com um pedido de suspeição pelos laços que ele tem com membros do governo, inclusive membro do governo candidato. Espero que o Tribunal de Contas do Estado dê o exemplo, porque o presidente do Tribunal de Justiça começa a fazer na Bahia a independência, fazer o que é o certo, o que é o correto, porque é isso que a população espera.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente desta sessão, deputado Rosemberg Pinto, Srs. Deputados, diferentemente do deputado Gaban, achei o governador bem na simpatia e na leitura da sua mensagem. Agora, concordo com V. Ex^a no que tange ao conteúdo. Quanto ao conteúdo, deputado Gaban, foi lamentável! O Sr. Governador citou a saúde como, no seu entender, o grande instrumento de promoção social.

Ontem, eu trouxe a esta tribuna o exemplo da situação do Hospital Geral de Camaçari. O único hospital de grande porte dentro da região metropolitana de Salvador, fora da capital, e que está paralisado porque os enfermeiros suspenderam as atividades por total falta de condições de trabalho.

O Sr. Governador na área de educação citou o *Topa*. O *Todos pela alfabetização* é um programa de alfabetização de adultos. É importante a alfabetização de adultos, tanto como exemplo para as crianças, e está comprovado que o pai que é alfabetizado o filho estuda melhor. É um programa importante como instrumento de aumento da renda, mas não pode nunca ser prioridade de um governo estadual.

A prioridade do governo do Estado deveria ser o ensino fundamental, a

prioridade do governo do Estado deveria ser a educação infantil, fechar a torneira que produz analfabetos. Mas mesmo o *Topa* é uma falácia na Bahia, primeiro porque os números não fecham. Desde 2007, o governador diz que alfabetizou 1 milhão e 300 mil baianos. Ele repete esse número todo ano e, infelizmente, a taxa de analfabetismo na Bahia não cai, pelo contrário, tem crescido.

O governador começou dizendo que tinha 300 mil adultos matriculados no programa, hoje esse número caiu para 130 mil. Há uma evasão em qualquer programa de alfabetização de adultos de 90%, mostrando que esses números não são verdadeiros. É a propaganda do governo da Bahia que vende uma imagem totalmente fora da realidade. O *Topa* na Bahia é um fracasso enquanto política pública, porque admitindo até que por um milagre essas pessoas tivessem sido alfabetizadas, se não houver uma continuidade todo o trabalho será jogado fora. O que adianta pegar uma pessoa de 40 anos, ensinar a assinar o nome e não ter uma continuidade nos estudos? Em menos de 1 mês ou dois meses haveria uma regressão e essa pessoa perderia tudo.

O governo não consegue alfabetizar as suas crianças nas três primeiras séries e isso não é um privilégio do governo da Bahia, não. Infelizmente, é um fracasso a educação pública no Brasil, não se consegue alfabetizar a criança em 3 anos. Eles querem dizer que alfabetizam um adulto em 6 meses. Que não conseguem alfabetizar uma criança em 3 anos numa escola funcionando bem. Eles dizem que alfabetizam adultos debaixo do pé de mangueira numa associação que não tem luz, não tem quadro, não tem giz, num sindicato que para chegar é preciso subir 10 escadas, um calor tremendo. Eles dizem que alfabetizam com leigos, professores recrutados na militância partidária.

O Sr. Governador, um grande cidadão, bem educado, civilizado, mas no que diz respeito às tarefas administrativas, os seus 7 anos foram um fracasso na Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra o nobre deputado do PCdoB, Álvaro Gomes. Depois, o nosso deputado Carlos Geilson, comandante de Feira de Santana.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais deputados, quero registrar que no dia 04 de fevereiro, ontem, o Sindicato dos Bancários da Bahia completou 81 anos, teve como fundador o bancário do Banco do Brasil, Sr. Mutti de Carvalho, que transformou aquele sindicato num verdadeiro instrumento de luta dos trabalhadores e da sociedade. São inúmeras as conquistas do Sindicato dos Bancários, desde as conquistas mais históricas como as da atualidade: A jornada de 6 horas diárias, 30 horas semanais; a questão do sábado livre, gratificação semestral, é uma série de conquistas que os bancários obtiveram ao longo desses 81 anos de luta.

Hoje, o Sindicato dos Bancários da Bahia mantém um jornal diário e um programa de televisão diário. É o único Sindicato do Brasil, talvez da América Latina e talvez do mundo que tenha um instrumento diário de comunicação de alta qualidade que traz não apenas informações corporativistas, mas informações de interesse geral da sociedade.

Quero aqui parabenizar o Sindicato dos Bancários da Bahia, toda a categoria, sindicato que teve a honra de presidir durante alguns mandatos e que ainda mantenho um vínculo com aquela entidade. Ainda continuo sendo bancário, sendo diretor daquela entidade.

A outra questão que gostaria de registrar, também, é que, hoje pela manhã participei, com muita alegria, da posse de 15 novos defensores públicos do Estado da Bahia. Foi um momento de muita alegria, porque à medida que um defensor toma posse é um sinal de que a defensoria está se fortalecendo para lutar por aqueles que mais precisam, pela parcela mais carente da nossa sociedade.

Por isso quero parabenizar a comissão dos concursados da Defensoria Pública, Ísis, uma das coordenadoras, a diretoria da Associação dos Defensores Públicos, Soraia e Cristina, que têm feito um trabalho muito bom, têm lutado intensamente pelo fortalecimento daquela instituição. É uma das instituições mais importantes para a população e para a sociedade. Na minha opinião, Defensoria é sinônimo de Justiça, de defesa dos mais necessitados. Não poderia deixar de comparecer naquele evento de grande importância. Não poderia deixar de prestigiar e lutar pelo fortalecimento daquela instituição.

Alguns concursados, aproximadamente 30, 40, ainda não foram chamados, mas lutamos intensamente para que todos os concursados da defensoria sejam chamados o mais rápido possível, porque fortalecer a defensoria significa fortalecer a luta pela justiça social, a luta pela paz, a luta para defender aqueles que necessitam, os mais carentes da nossa sociedade. A defensoria é um órgão imprescindível para a democracia e para a inclusão social. Por isso, estamos aqui, neste momento, fazendo esse registro importante.

Acredito que nos próximos meses serão chamados mais alguns defensores. Hoje foram 15 defensores, nos próximos meses serão mais alguns. Esperamos que sejam chamados todos os concursados e que um novo concurso para a Defensoria seja realizado, porque a carência de defensores é muito grande.

Melhorou muito com o governador Wagner, porque a Defensoria estava praticamente sendo extinta. O governador Wagner fez com que a Defensoria se fortalecesse, convocando concursados, melhorando as condições daquela instituição, e hoje a Defensoria é uma instituição muito forte.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra o nobre deputado de Feira de Santana, Carlos Geilson. Logo depois, o nosso general Marcelino Galo.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Meu caro presidente Rosemberg Pinto, caros deputados que acompanham esta sessão aqui no plenário, o governo insiste na antecipação dos *royalties*.

Essa proposta já foi derrotada na Casa, mas o governo reapresenta, pedindo antecipação dos *royalties* pelos próximos 5 anos, o que incluiria o último ano do governo Jaques Wagner e mais 4 anos do próximo governador.

Será que o governador Wagner gostaria de administrar este Estado sabendo

que o seu antecessor procedeu dessa forma, pegou receitas, antecipou receitas? Será que o governador Wagner seria complacente, conivente com essa ideia?

A nós da Oposição fica pairando no ar. Realmente esses recursos serão aplicados para tapar o rombo, o buraco do Funprev?

Pululam pelos corredores desta Casa que uma parte desse dinheiro seria aplicada na campanha eleitoral do seu candidato. Não chegarei ao ponto de fazer uma afirmação grave como essa sem provas, mas a sede, a voracidade desse governo em antecipar esses recursos nos deixa a perguntar: será que realmente o governo busca tapar o rombo do Funprev ou esse dinheiro terá uma outra destinação?

Por que o governo não aceita rotular esses recursos única e exclusivamente para o Funprev? Teria o governo uma outra fonte escapatória para aplicar a antecipação dos *royalties*?

Vocês que acompanham o nosso mandato sabem perfeitamente que eu nunca subi a esta tribuna para atacar, macular a honra de quem quer que seja, até porque todos são honestos até que nos provem o contrário. Mas essa antecipação dos *royalties*, essa vontade nos deixa a fazer questionamentos. Passam ilações em nossas cabeças.

Realmente, essa pressa desse governo é para justificar, tapar, corrigir, sanear as finanças do Funprev? Se o Funprev está realmente nessa situação, por que tem recursos oriundos deste fundo para o pagamento das emendas impositivas? E até agora eu não ouvi de ninguém do Governo uma palavra concreta, abalizada, que possa fazer o contraditório, que possa aclarar a todos nós, a Oposição, que estamos a nos perguntar: de fato esses recursos são destinados para sanear as finanças do Funprev?

Você, meu caro servidor que me assiste pelo canal *Tv Assembleia*, antecipar os *royalties* por 5 anos, se e de fato, e for verdade que é para compensar o rombo, isso demonstra a má administração, demonstra a inaptidão desse governo para com a administração pública deste Estado, e o Funprev é uma das fontes desaguadoras dessa má administração.

Meu caro presidente Rosemberg Pinto, muito obrigado pelo tempo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra o deputado Marcelino Galo pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente, deputado Rosemberg Pinto, nobres deputados presentes aqui neste Plenário, senhores servidores e servidoras desta Casa, quem está nos ouvindo pelo canal *TV Assembleia*, deveremos agora concluir o trabalho da Comissão Especial da Verdade, comissão essa dedicada a apurar, a revelar o que ocorreu nos 21 anos, principalmente aqui nesta Casa, que infelizmente no arquivo, nos seus registros não existe quase nada sobre esse período, sobre como se deu a cassação dos parlamentares e os discursos que foram feitos aqui nesta Casa, mesmo porque foram muito poucos nesse período.

Estamos trabalhando no sentido de construir um relatório bem fundamentado,

que não só relate, descreva e incorpore a participação desses parlamentares, porque os vivos já foram todos ouvidos, restando apenas o Wilton Valença, que foi o ex-petroleiro, deputado Rosemberg Pinto, da sua categoria, mas já está quase que completo.

Esse relatório deverá servir não só à história, mas também ao futuro com suas recomendações em diversas áreas: na área da educação no sentido de contribuir para os estudantes compreenderem, aprenderem o que se passou nesse período, de forma correta e não deturpada como a história que vem sendo contada até então, como também do que resta da ditadura nas diversas instituições principalmente na capacitação dos nossos militares, sejam eles policiais militares ou oficiais e recrutas do Exército e de outras Forças brasileiras.

É preciso que a formação, a capacitação, inclusive treinamentos... Aqui, na Bahia, aconteceu uma tragédia num treinamento. E ocorreu, agora, a morte do terceiro policial militar. Não ouvi qualquer tipo de pronunciamento nesta Casa, principalmente daqueles que se arvoram a representar essa categoria, o que é muito triste. Mas é preciso que recomendemos, principalmente, o fim da herança que há nas delegacias, do uso da prática da tortura como forma de obter revelações dos presos que para lá são levados. Como também é preciso a desmilitarização da Polícia Militar, tema esse colocado com muita ênfase e força nas manifestações de junho.

Então, é preciso que a nossa polícia seja dissociada, deixe de ser comandada pelas Forças Armadas, que tenha autonomia e seja treinada de forma diferente, incorporando de forma mais profunda – sabemos que isso já é praticado – a construção interna da imagem em termos dos direitos humanos, que são fundamentais para a construção da democracia, da cidadania. E é preciso que a polícia seja formada para se aproximar da comunidade, estabelecendo uma relação fraterna, de respeito, e que a repressão só seja utilizada contra aqueles que realmente cometem crimes.

Tudo isso é uma série de recomendações que deverão estar contidas nesse relatório, no sentido de que acabemos concretamente com o que resta daquele período triste, violento, cruel da nossa história. Que contribuamos com esta Casa, com os personagens principais.

(Soam as campainhas, indicando o término do tempo concedido ao deputado.)

O Sr. MARCELINIO GALO:- Com sua tolerância, Sr. Presidente.

E teremos como porta-voz desses senhores, que já têm uma história e uma vida bastante alongada, o ex-vereador, ex-deputado estadual e ex-deputado federal Sebastião Nery. Nesta Casa, ele discursará por todos os vitimados desse período cruel da nossa história.

Então esperamos que tenhamos, ao final desse trabalho, um relatório que sirva à história da Bahia e do Brasil.

Sr. Presidente, era isso.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE(Rosemberg Pinto):- Com a palavra o deputado Paulo

Azi, por até 5 minutos.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, Sr^{as} Parlamentares, Srs. Parlamentares, definitivamente há algo de muito estranho nas contas do governo do Estado da Bahia.

Por 2 anos seguidos questionamos os dados oficiais do governo, especialmente aqueles relacionados à utilização dos recursos vinculados a ações específicas nas áreas da saúde, Educação e de Combate à Pobreza, recursos de convênios que comprovadamente foram utilizados de forma indevida - irregular, aliás -, como bem atestou a Secretaria do Tesouro Nacional, pelo governo do Estado da Bahia.

Daqui denunciamos em 2012 um rombo de 2,6 bilhões nas contas do governo. Essa situação se manteve em 2013 e foi objeto de denúncia nossa já no ano anterior, quando já se apontava essa prática e já se determinava ao governo estadual a sua imediata correção. Mas agora, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, o estreante secretário da Fazenda resolveu inovar. Como é que um governo há 7 anos à frente do nosso Estado resolve na véspera do seu último ano maquiagem as suas contas?!

A maneira como a Secretaria da Fazenda publicou o demonstrativo de caixa do governo é um desrespeito a esta Casa, é um desrespeito à população da nossa Bahia! Duas únicas linhas sem nenhuma informação demonstrando, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, a pouca transparência das contas públicas do nosso Estado! Repito que há algo de muito estranho, deputado João Carlos! O governo chega às vésperas do seu final melancólico, que se avizinha, e aí - para se esconder das críticas, porque todos nós estamos atentos a esses números - resolve maquiá-los, omiti-los pensando, avaliando que sem dúvida nenhuma a falta de transparência por ele buscada lhe causará um mal menor do que a confissão da sua incompetência administrativa e do rombo que, não tenho dúvidas, permanece nas contas públicas estaduais.

É por isso, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, que este governo enxerga como tábua de salvação para o equilíbrio das suas contas os recursos dos *royalties*, que não lhe pertencem. São recursos que devem estar disponíveis para o próximo governador do Estado, mas este governo insiste em querer meter a mão neles para dessa maneira tentar diminuir o rombo existente. Este rombo é fruto de sua incompetência e de sua incapacidade administrativas e foi produzido nas finanças públicas de nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra o deputado Pastor Sargento Isidório.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu gostaria de informar que acabo de chegar do Ministério Público Federal, melhor, da Procuradoria da República na Bahia, onde dei entrada em uma ação de denúncia crime contra a *Rede Globo* de televisão com o número 4.991, tendo em vista que a família é a *celula mater* de uma sociedade e, portanto, deve ser preservada de pornografias, violências e quaisquer perturbações à sua manutenção.

Devo explicar que a finalidade desta representação é não somente coibir e repreender programa supracitado, como também evitar a reincidência deste tipo de

programação, bem como ajustar o conteúdo de suas respectivas classificações etárias indicativas de horário e adequar as programações da representada realidade das mui dignas famílias brasileiras, em sua quase totalidade, compostas por heterossexuais e famílias tradicionais.

Informo, também, que, conforme anteriormente exposto, a *Rede Globo* – como uma empresa que deveria ser pautada pela produção de conteúdo de qualidade se atendo a finalidades artísticas, culturais, informativas e outras – vem contribuindo para a diminuição da educação em nossa Nação.

Na verdade, a *Rede Globo* deveria desenvolver os nossos indivíduos e a nossa sociedade. E ela, também, deveria juntar-se a nós, pais e mães, que temos filhos, pois não gostaríamos de vê-los, a toque de caixa, com a sua orientação sexual mudada por campanhas orientadas por uma rede de comunicação que pode estar-se achando maior que a sociedade brasileira. Adotar uma postura ética e condizente com os princípios e valores da família, seria e será uma obrigação da *Rede Globo*.

Não posso, também, deixar de falar até porque o que se passou foi em rede pública e não em canal fechado. As mulheres de nossa Nação, melhor, as mulheres honradas e de bem estão dentro desta Casa e estão em quaisquer cantos desta Nação. Então, as mulheres não devem se sentir representadas por duas coisas que mais pareciam cadelas expostas ao público pela *Rede Globo*, em seu “bride”: Casa Vermelha. Eram duas mulheres agachadas e agarrando-se uma a outra quando expuseram as suas vergonhas! E, aí, afirmo que aquilo era coisa para ser feita em prostíbulo ou em motel.

O sexo e as suas libidinagens devem ser feitos de maneira privativa. Tanto é verdade que a isto se chama de intimidade. Intimidade é aquilo que está preservado e não aquilo que vem para a rua.

Então devo comunicar, com muito orgulho, sem me preocupar com as retaliações vindouras de qualquer lugar até porque, na Bíblia, está escrito que *os que confiam no Senhor são como o Monte Sião que não se abalam mas permanecem para sempre*.

Não quero de forma alguma pensar na censura, até porque reputo à imprensa uma ferramenta capaz de ter introduzido na nossa Nação a democracia, um instrumento que nós políticos e cidadãos não podemos ficar sem. Mas nada tem a ver a democracia com a falta de vergonha, a indignidade, a agressividade aos nossos filhos, aos nossos adolescentes e às nossas famílias. Portanto, espero que o Ministério Público Federal aja de forma que a *Rede Globo* tenha de se retratar ou buscar conselhos que a façam respeitar as famílias brasileiras.

Acredito nos mui dignos procuradores da República, acredito no Judiciário desta Nação e acredito ainda nos Poderes Executivo e Legislativo, que têm como finalidade proteger a família, *celula mater* de uma Nação que não pode ser exposta a isso.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr. Presidente desta sessão, querido deputado Marcelino Galo, Srs. Deputados e Deputadas, Srs. Servidores, tenho acompanhado nestes últimos dias a manifestação que o PSDB tem feito. E o ministro Gilmar Mendes também tem feito declarações públicas sobre a contribuição que diversos militantes do Partido dos Trabalhadores deram para pagar as multas de José Genoino e Delúbio Soares.

Na minha opinião, foi um julgamento midiático e sem qualquer comprovação. Mas, deputado Paulo Azi, o ministro Gilmar Mendes fez essa denúncia. E hoje foi divulgada em todos os jornais a lista dos contribuintes, tanto de Delúbio quanto do nosso querido José Genoino. Para Delúbio, contribuíram 1.668 pessoas. E para José Genoino, 2.620 militantes.

O ministro Gilmar Mendes disse que deveriam investigar os sinais, parecendo que eles indicavam até lavagem de dinheiro. Só que ele não é a pessoa mais adequada para fazer isso, pois está sendo investigado no Tribunal de Justiça deste Estado.

Não sou eu que estou falando. Quem falou nesta semana foi o ministro Francisco Falcão, do Conselho Nacional de Justiça, sobre um contrato de uma empresa do Sr. Gilmar, o IBDP, Instituto Brasileiro de Direito Público, com o TJ daqui no valor de R\$ 10 milhões. Portanto, o ministro Gilmar Mendes tem com o Tribunal de Justiça da Bahia um contrato que está sendo investigado pelo CNJ. Então, realmente não é a pessoa mais indicada para fazer suposições sobre as contribuições de militantes do PT.

Inclusive ele deveria pedir ao Ministério Público para investigar... Não é nem investigar, porque já assumiu publicamente Joaquim Barbosa que estava fazendo um “rolezinho” no exterior e gastou 11 mil reais em dinheiro público com diárias de férias. Se fosse algum deputado que estivesse numa situação como essa, ela apareceria nos jornais como o maior escândalo. Mas, como se trata do presidente do STF que assumiu que recebeu as diárias de férias no exterior. Viajou ontem, fará um novo passeio à África certamente com as diárias.

Num suposto julgamento de João Paulo Cunha, o qual ele assinou a prisão ontem sem qualquer comprovação de delito, ele é condenado a 9 anos de prisão. Quem está desviando 11 mil reais, fazendo a proporção, ele deveria se assumir já prisioneiro do seu crime em relação ao dinheiro público, ou seja, recebendo diárias sem estar trabalhando.

Coloco isso com certa indignação, pois, às vezes, não vejo essas questões sendo publicizadas. Se fosse com qualquer deputado nosso, estaria nas páginas dos jornais, sendo comentado em todo lugar. Precisamos dar um tratamento igual para todos. Por isso faço essa colocação.

Por último, deputado Carlos Geilson, voltando à nossa realidade, conversei com o secretário José Sérgio Gabrielli. O dinheiro do orçamento para as emendas não é do Funprev, está escrito ali, é do Tesouro. Todas as explicações foram dadas, não há essa vinculação. Por isso, é fundamental debatermos e que venhamos a aprovar essa

PEC, para que possamos fazer, de fato, as negociações dos *royalties* para resolver o problema do *déficit* do Funprev, evitando que os servidores aposentados tenham problema na sua realidade previdenciária.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Deputada Maria del Carmen pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a MARIA DEL CARMEN:- Srs. Deputados, deputado Marcelino Galo que preside esta sessão, Sr^{as} Taquígrafas, Srs. da Imprensa que nos acompanham, aqueles que nos assistem pela *TV Assembleia*, venho à tribuna – e não podia deixar de fazê-lo no dia de hoje quando se encerra o prazo para o pagamento da parcela antecipada do IPTU – para falar sobre um tema que, de fato, está causando indignação à população soteropolitana: essa alteração que aconteceu no IPTU da nossa cidade. A OAB já resolveu entrar com uma ação. Na ocasião do debate na Câmara de Vereadores, o professor, vereador Edvaldo Brito – que agora ocupa um cargo no governo do Estado – fez um voto em separado sobre a questão do IPTU. Muitos ainda não receberam seus recibos, ainda não chegaram em todas as casas, por isso o prefeito fala, talvez, em prorrogação para aqueles que não receberam em tempo hábil.

Entendemos e achamos que havia necessidade de uma revisão do IPTU na nossa cidade, porque era necessário que se reavaliasse a planta genérica da cidade. Mas a nossa queixa e a nossa reclamação é sobre a forma como isso foi feito. Sem debate, sem discussão com a sociedade. O projeto que levou ao aumento do IPTU foi dado entrada na Câmara de Vereadores em março de 2013, e já no dia 15 de julho de 2013 era sancionado pelo prefeito. Essa aprovação foi feita em tempo recorde. A maioria dos vereadores que aprovou esse projeto não fez nenhum debate, nenhuma discussão com a sociedade, com as entidades. Os vereadores aprovaram o projeto sem conhecer, com profundidade, a proposta de alteração na forma de cálculo do tributo. Isso está repercutindo, de forma significativa, na vida das pessoas por incidir sobre as suas moradias.

Como disse, o padrão do imóvel, também, foi definido ou foi modificado sem transparência, sem que se dissesse por que aumenta aquele outro padrão construtivo dos imóveis. E temos recebido, nos últimos dias, inúmeras queixas sobre o que está ocorrendo.

Ainda pra se somar a este aumento que já terá de ser assumido por todos os soteropolitanos e as soteropolitanas, a grande preocupação dos doutrinadores tributários reside, também, nos anos seguintes, tendo em vista que o próprio Executivo poderá alterar, de forma unilateral, o índice de reajuste.

Eu quero repetir isso aqui, deputado Carlos Geilson!

O Executivo de Salvador poderá alterar, de forma unilateral, as faixas da tabela de Receita I, conforme aprovado na Câmara de Vereadores de Salvador. Portanto, o Executivo pode excluir, diminuir ou aumentar as parcelas a serem deduzidas por

instrução normativa. Tal ação despreza o processo legislativo municipal.

Atentem, Srs. Deputados, atentem aqueles que defendem a importância do Poder Legislativo em uma sociedade para o fato de que a nova metodologia de cobrança do IPTU de Salvador não mais exige qualquer interferência da Câmara Municipal, uma vez que eles, os vereadores de Salvador, transferiram a responsabilidade integral ao Executivo com a aprovação do art. 2º da Lei 8.464/2013 que acrescentou o § 2º do art. 73 da Lei 7.186/2006, autorizando a Sefaz – Secretaria da Fazenda Municipal – a publicar a tabela citada até o dia 31 de dezembro de cada ano para ter validade no ano seguinte.

Isso significa dizer que a alíquota de aumento do IPTU poderá ser alterada sem nenhuma participação da Câmara de Vereadores de Salvador!

Para os contribuintes, é importante dizer que a valorização do imóvel não afeta em nada a sua renda que será subtraída, caso tenham de arcar com um imposto maior. Os imóveis não residenciais e os terrenos foram, claro, mais penalizados. Há aumentos superiores a 1.000%!

Deputado Paulo Azi que me ouve neste momento, eu posso citar um caso de uma pequena casa no bairro de Pirajá, cujo valor venal é R\$ 45 mil e recebeu o carnê de IPTU no valor de R\$ 700! Imaginem, trata-se de uma casa de R\$ 45 mil, cujo telhado é precário, pois vasa por todos os lados. E este proprietário terá de pagar R\$ 700 de IPTU!

Concluindo, Sr. Presidente, o prefeito de Salvador encaminhou o projeto para a Câmara de Vereadores de Salvador e tal projeto foi aprovado rapidamente, pois trata-se da isenção, também, da taxa de lixo para os imóveis, cujo valor venal esteja abaixo de R\$ 80 mil.

Assim, o Executivo de Salvador deveria rever, também, esta nova forma de cobrança do IPTU, pois isso é algo que provocará inúmeras questões judiciais. Vamos judicializar, com certeza, a cobrança do IPTU pelos valores.

Era interessante que pudéssemos ouvir, claro, os vários segmentos. Os deputados, claro, não o farão. Mas aqueles que vivem em bairros de melhor posição de nossa cidade, os mais bem aquinhoados em nossa cidade, deverão saber como o carnê de pagamento do IPTU chegou às suas casas e quais foram os impactos causados em suas vidas e no dia a dia.

Bem, como eu moro em um bairro popular e em uma casa popular, o aumento, com certeza, não foi significativo. Mas, para alguns deputados aqui desta Casa e para alguns outros, com certeza, este aumento de IPTU fará diferença.

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela vossa tolerância.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra o deputado Elmar Nascimento, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, ouvindo atentamente os deputados que me antecederam nesta tribuna, gostaria de iniciar fazendo uma colocação ao meu querido amigo, admirado, deputado Rosenberg Pinto,

parabenizá-lo pelo seu discurso, um deputado coerente, destemido e que tem coragem de erguer o que o PT entende e defende, mas formalmente não tem coragem de fazê-lo, que é defender os mensaleiros condenados que estão cumprindo pena na Papuda.

Dizer, meu caro deputado Rosemberg Pinto, que em recente pesquisa feita no País inteiro, 88% da população brasileira defende as penas aplicadas pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal aos mensaleiros e, não tem que se dar resposta porque não dá para colocar na mesma balança, pessoas do quilate do Ministro Joaquim Barbosa, do Ministro Gilmar Mendes, homens de reputação ilibada e notável saber jurídico, com réus condenados por crime de corrupção passiva, ativa, peculato, formação de quadrilha dentre tantos outros crimes elencados no código penal, a diferença é muito grande. Mas parabeno V.Ex^a porque tem coragem de assumir pessoalmente o que infelizmente o PT pensa mas não tem coragem de assumir formalmente.

Minha querida amiga, deputada Maria del Carmen, esse PT é um partido oligofrênico. Em São Paulo, Haddad defende o reajuste de IPTU maior do que o de Salvador. Graças à Deus, a Bancada do Partido dos Trabalhadores da Câmara de Salvador não pensa como V.Ex^a. E acho que V.Ex^a deveria até voltar para a Câmara para ficar discutindo tanto o IPTU, pois esqueceu um pouco essa questão municipal ,porque o partido que mais contribuiu com votos favoráveis à aprovação do IPTU foi justamente o PT, foi o partido que mais deu votos favoráveis, a bancada dos deputados do PT, os quais... E até por conhecer a qualidade deles sei que o fizeram de forma consciente. Os vereadores do PT não votam sem saber o que estão votando. Votaram de forma consciente porque esse é o projeto *Robin Hood*, vai na contramão do que o PT tem feito.

O governo do PT, desde o Governo Federal é para rico. Só quem está satisfeito com o Governo do PT é empreiteiro e banqueiro, pois são eles que ganham dinheiro neste País. O prefeito de Salvador está fazendo o contrário, está tirando o dinheiro é de especulador, que compra terreno para especular e não deixa a cidade progredir, crescer. Esses imóveis aumentaram 1.000% e tem que aumentar mesmo. E eu desafio V.Ex^a a trazer o seu carnê de IPTU aqui e faço uma aposta para avaliarmos. Vamos mandar um corretor de imóveis dizer quanto vale o imóvel de V.Ex^a e se o imposto está correto ou não , comparando com o percentual aplicado.

Nessa administração o pobre não é atingido nem com IPTU nem com taxa de lixo, porque o cidadão soteropolitano que tem uma casa avaliada em até 100 mil reais é pobre; mais de 100 mil reais não é rico, mas não se pode dizer que está classificado entre os pobres, porque nenhuma pessoa que recebe Bolsa Família consegue ter ,sequer, casa própria, quanto mais imóvel de até R\$ 100 mil. E quem possui imóvel em Salvador de até R\$ 100 mil, paga zero de IPTU e zero de taxa de lixo.

Vou fazer um pequeno comparativo, deputado Paulo Azi: O meu imóvel, quando comprei há cinco anos, no valor de R\$ 800 mil escriturado, hoje, tem um valor em torno de R\$ 1,3 milhão e paguei R\$ 1.500 de IPTU. O meu carro foi comprado por R\$ 150 mil e paguei 4 mil reais de IPVA. E para andar numa estrada que preste, tenho que pagar os pedágios que o PT criou, para viajar numa estrada que preste eu tenho que pagar o dobro.

E o prefeito precisa do IPTU para fazer o que está fazendo: limpando a nossa cidade, que hoje tem iluminação decente do subúrbio aos bairros nobres. O orçamento do Estado é de R\$ 200 milhões este ano para ser gasto em pavimentação asfáltica. O prefeito de Salvador tem destinado, orçado e separado recursos, já com obras iniciadas, de R\$ 300 milhões para pavimentação asfáltica na cidade do Salvador.

Salvador, hoje, nos orgulha. É um canteiro de obras, é o melhor prefeito do Brasil, com 51% de bom e ótimo, e 88% de aprovação, porque entendeu de defender os superiores interesses da população soteropolitana e para fazê-lo tem que beneficiar os mais pobres, que são os que precisam do poder público.

São mais de 100 postos de saúde já recuperados. O dinheiro que o cidadão paga, hoje, de impostos, paga com satisfação, sabendo que é destinado a beneficiar, sobretudo, às populações mais carentes.

A orla de Salvador está em completa transformação. Hoje, as pessoas querem vir a Salvador convictas de que ao longo desses 4 anos nós vamos voltar a ser a capital mais visitada, a mais bonita, a mais reconhecida, graças a um jovem líder gestor que tem feito justiça tributária e justiça social, tirando do mais rico para dar ao mais pobre.

Uma coisa que o PT, há 12 anos no poder federal, não tem coragem de fazer é a reforma tributária, pois quem banca as campanhas do PT são os empreiteiros e os banqueiros, que mais ganham dinheiro neste País.

Aqui, não. Em Salvador é diferente. O prefeito ACM Neto está botando para pagar quem pode pagar e isentando de pagamento quem não pode. Isso, para mim, é justiça social. Isso, para mim, é justiça tributária. E é graças a isso, ao reconhecimento do trabalho, ao reconhecimento de como recebe as coisas que, graças a Deus, temos, hoje, em Salvador, diferentemente de um passado recente, o melhor prefeito do Brasil.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra o deputado José de Arimatéia, último orador do Pequeno Expediente, por acordo firmado entre as Lideranças da Maioria e da Minoria.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, imprensa presente, telespectadores do *Canal Assembleia*, quero dizer ao nosso deputado Elmar Nascimento que temos que ser justos com aquilo que falamos.

É notório que na administração de ACM Neto como prefeito já vemos a mudança na cidade. Temos que ser justos e reconhecer. Porém, isso é fruto... Primeiro, ACM Neto, um jovem, mas inteligente, soube fazer as parcerias certas com o governo do Estado e com o governo federal. No momento em que V.Ex^a coloca que ele está fazendo tudo isso não pode esquecer de que existem as parcerias com o governo federal e o governo Jaques Wagner. Nós temos que reconhecer que elas

existem, porque sem essas parcerias ele jamais estaria onde está em sua administração.

Parabéns, porque quem ganha com isso é o povo de Salvador, os baianos que moram aqui. Quem ganha é Bahia, porque a capital baiana, realmente, está sendo destaque no cenário político.

Mas venho aqui, nesta tarde, Sr. Presidente, para fazer uma convocação a todos os Srs. Deputados desta Casa. Na próxima semana, na quarta-feira, instalaremos as comissões, que estarão voltando às atividades. Eu sou o presidente da Comissão de Saúde.

E na próxima semana, nos dias 13 e 14, teremos nesta Casa um encontro da Fenasp, da Apeb e da Concepab. A Fenasp é o Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política; a Apeb é a Associação dos Parlamentares Evangélicos do Brasil; e a Concepab é a Confederação dos Conselhos de Pastores do Brasil.

Fui procurado por essas três instituições para que pudéssemos promover nesta Casa um debate que será importante. Esse encontro irá reunir autoridades políticas e eclesiásticas do Estado da Bahia, quando discutiremos a importância da família no segmento evangélico, em defesa dos princípios cristão e dos valores da família.

A abertura desse encontro será no dia 13, às 18h, e no dia 14 teremos vários debates. Contaremos com a presença do senador Walter Pinheiro, dos deputados evangélicos Márcio Marinho, federal, e Sidelvan Nóbrega, estadual, de vereadores evangélicos, de presidentes de associações evangélicas do Estado da Bahia. Também virão alguns deputados federais de outros estados. Esse encontro será de suma importância.

Gostaria de falar com você, meu amigo que nos assiste pelo *Canal Assembleia*, com você que é evangélico ou uma pessoa religiosa, você deverá também participar para ver a importância desse evento, quando também estará presente a Frente Parlamentar Evangélica do Brasil.

Quatro instituições estarão presentes. Na minha condição de deputado desta Casa e de pastor evangélico, fui procurado por eles, e estamos provendo esse encontro. Convoco todos os Srs. Deputados, não só os evangélicos, mas também o Líder do governo e da Oposição, deputado Elmar Nascimento. Coloque na sua agenda, sei que V.Ex^a tem suas atividades na sua região, mas a abertura é na quinta-feira, e se V.Ex^a puder participar, vai ser importante. O Líder do governo já está confirmado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. José de Arimatéia:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Questão de ordem, deputado José de Arimatéia.

O Sr. José de Arimatéia:- Gostaria que V.Ex^a procedesse a uma verificação de quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Sua questão de ordem será atendida.

(Pausa)

A Secretaria da Mesa informa que não há número suficiente para a continuidade da sessão. Declaro-a encerrada.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*